

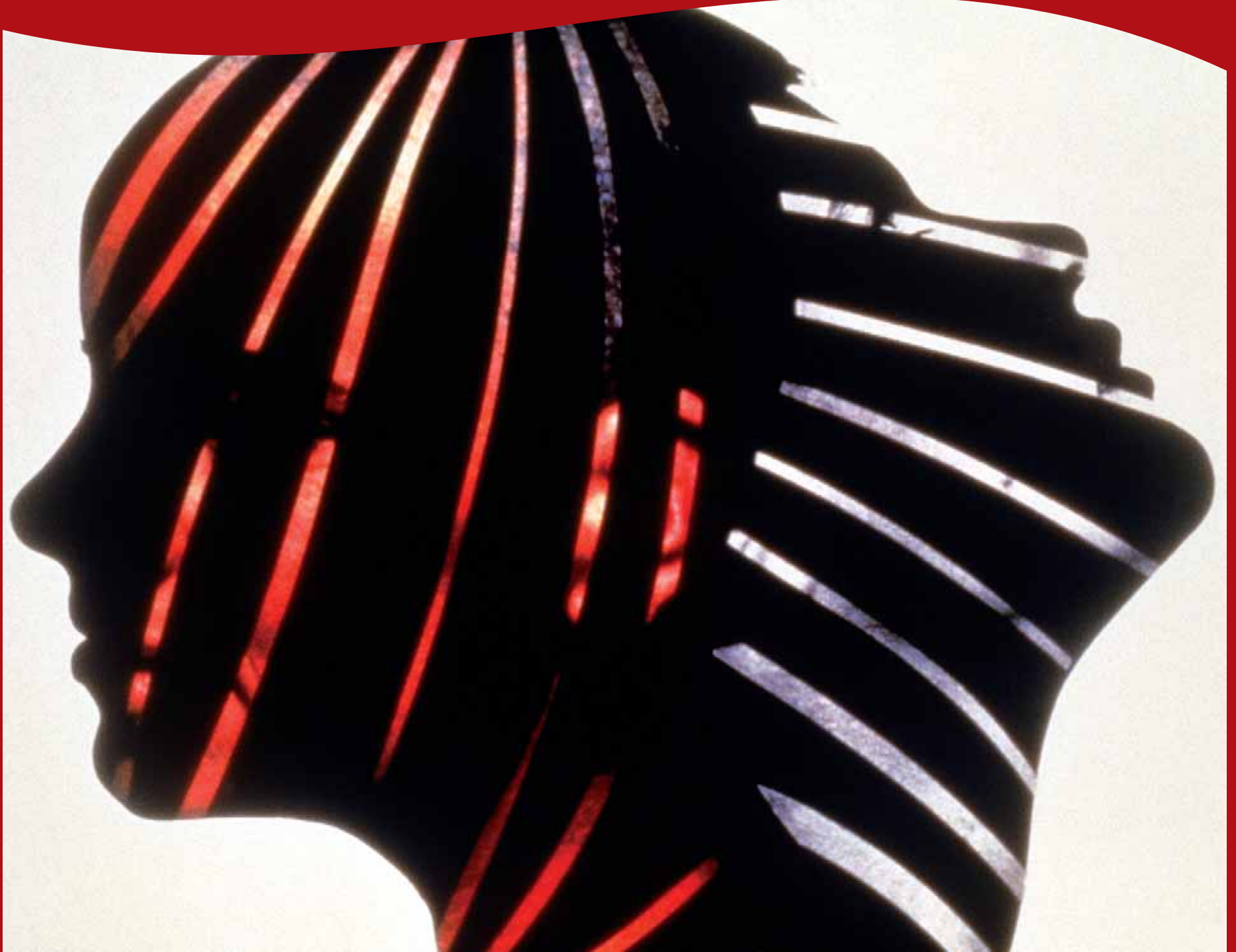


Jornal do

FEDERAL

Jornal do Conselho Federal de Psicologia - Ano XIX nº 85 - outubro 2006

*Conflito e Mediação:
um novo campo Psi
págs 8 e 9*



DIRETORIA

Ana Mercês Bahia Bock
Presidente
Marcus Vinícius de Oliveira Silva
Vice-presidente
Maria Christina Barbosa Veras
Secretária
André Isnard Leonardi
Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS

Iolete Ribeiro da Silva
Adriana de Alencar Gomes Pinheiro
Nanci Soares de Carvalho
Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Ana Maria Pereira Lopes

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Regina Helena de Freitas Campos
Vera Lúcia Giraldez Canabrava

CONSELHEIROS SUPLENTE

Odair Furtado
Maria de Fátima Lobo Boschi
Giovani Cantarelli
Rejane Maria Oliveira Cavalcanti
Rodolfo Valentim Carvalho Nascimento
Monalisa Nascimento dos Santos Barros
Alexandra Ayach Anache
Andréa dos Santos Nascimento

PSICÓLOGAS CONVIDADAS SUPLENTE

Maria Luiza Moura Oliveira
Deusdet do Carmo Martins

COMISSÃO EDITORIAL

Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Monalisa Nascimento dos Santos Barros
Vera Lúcia Giraldez Canabrava

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Patrícia Mendes RP 1904/DF

REPORTAGEM

Natanry Dias
ascom@pol.org.br

ESTAGIÁRIO DE COMUNICAÇÃO

José Carneiro - Joca

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Ad People Comunicação

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

SRTVN 702 - Ed. Brasília Rádio Center,
sala 4024 A - Brasília, DF,
CEP 70.719-900
Tel.: (61) 2109-0100
Fax: (61) 2109-0150
www.pol.org.br

Setembro marca para os Conselhos de Psicologia o início do último ano das gestões nos CRPs. Nosso desafio agora é finalizarmos trabalhos iniciados e preparar todo o processo de construção e realização do VI Congresso Nacional da Psicologia. Instância máxima de deliberação política dos Conselhos de Psicologia, os CNPs começam a se construir desde a base, em qualquer espaço onde psicólogos queiram se reunir para o debate da temática do Congresso e queiram contribuir construindo teses para serem apreciadas durante todo o processo que culmina em junho de 2007, em Brasília, com a realização do evento nacional. A organização do VI CNP começa no que se denominam eventos preparatórios, que se realizam de setembro a março de 2007.

Seguidos de pré-congressos e Congresso Regional, os psicólogos vão acumulando debates e deliberações para que no Congresso Nacional, por volta de 200 delegados possam aprovar as diretrizes de ação dos Conselhos de Psicologia para o triênio 2007/2010.

Setembro também assistiu a realização do II Congresso Brasileiro: Psicologia Ciência e Profissão. Por volta de 6000 psicólogos, professores, pesquisadores e estudantes de Psicologia, além de profissionais de outras áreas, que ali foram para uma interlocução entre disciplinas, estiveram, em São Paulo, concretizando o maior encontro da Psicologia Brasileira. Todas as áreas, todas as contribuições e vertentes teóricas estavam lá, dialogando e contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia. Um encontro da profissão e da ciência, regado à

“
Comemoramos 44 anos com uma profissão que amadurece, a cada dia, sua intervenção na sociedade.
”

fraternidade, que nos possibilitou o reconhecimento do momento atual da Psicologia e o fortalecimento das relações entre as 17 entidades que compõem o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, organizadoras e realizadoras do evento.

Setembro marcou também momento importante de reconhecimento da Psicologia pelo Estado. O Ministério da Justiça chamou os psicólogos (CFP e ABEP) para a realização conjunta de um evento sobre Psicologia: Mediação e Conciliação. O intuito é construir referências para a atuação dos psicólogos na área. A Secretaria Nacional de Direitos Humanos convidou o CFP para a realização de um evento conjunto sobre Medidas Sócio-educativas. O convite

foi feito quando o CFP entregou à Secretaria o Relatório da Inspeção Simultânea, realizada pelo CFP e OAB, em instituições de aplicação de medidas sócio-educativas com privação de liberdade. Os dois eventos terão

lugar em dezembro, em Brasília.

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP - deverá recolher todas essas contribuições e produções e, com isto, ir se instituindo como o maior centro de documentação de Psicologia e Políticas Públicas.

Os Conselhos preparam-se assim para 2007, que deverá chegar carregado de tarefas a serem realizadas e finalizadas para que em setembro novas direções assumam os CRPs e, em dezembro, o CFP, eleitas todas em agosto. Fiquem atentos, pois a agenda de 2007 apresenta muitos compromissos para os psicólogos!



O Diálogo
entre a
Psicologia e
as Políticas
Públicas

CREPOP
Centro de Referência Técnica
em Psicologia e Políticas Públicas

2006:
Lançamento Nacional
do Portal

II CBP: mais de 2 mil em escultura humana



De um jeito muito especial a Psicologia Brasileira produziu a fotografia oficial do II Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência & Profissão, que aconteceu em São Paulo, com cerca de 6 mil participantes. Repensando a profissão, no

evento que se chamou “Enfrentando as dívidas históricas da sociedade brasileira”, os psicólogos construíram uma escultura humana, no Memorial da América Latina. “Estamos reconstruindo nossa profissão a partir do reconhecimento de

que temos uma dívida com a sociedade brasileira. A escultura humana, com os corpos de milhares de psicólogos, representa nossa reconstrução”, disse a presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ana Mercês Bock.

CFP colabora em força humanitária

O CFP esteve, a convite do Ministério das Relações Exteriores, em reunião para criar o Grupo de Trabalho Intemistrial sobre Assistência Humanitária Internacional, composto por diversos ministérios e coordenado pelo próprio Itamaraty, que preparou campanha de apoio humanitário ao Líbano, no centro da guerra deflagrada no Oriente Médio.

A atuação do CFP, ao lado da Defesa Civil e do Ministério da Saúde, foi a de, num subgrupo de atendimento a esta situação de emergência, propor ações de suporte e auxílio psicológico aos bra-

sileiros repatriados, que ultrapassaram o número de mil pessoas. O esforço deu-se na direção de se preparar o SUS - Sistema Único de Saúde para atender aos brasileiros que retornaram ao país após viverem a traumática situação de guerra, que pode gerar sofrimentos difusos e impactar na saúde mental dos envolvidos.

“O convite para atuação nesta situação de emergência foi fruto direto do I Seminário Nacional Psicologia das Emergências e dos Desastres, promovido pelo CFP em conjunto com a Defesa Civil,

no começo do mês de julho”, reconhece o conselheiro federal Odair Furtado. “Como há pouquíssimas categorias profissionais pensando sua atuação em meio às tragédias e aos desastres, a Psicologia, naquele momento complicado, apresentou sua expertise e colocou-se à disposição de uma demanda social urgente”.

Representou o CFP neste grupo de trabalho a psicóloga Ângela Coelho, que, ao lado da major Daniela da Cunha Lopes, psicóloga da Defesa Civil, formulou a proposta inicial para preparação do SUS para os atendimentos.

Dívidas Históricas da Psicologia



Somente na década de 1980 a Psicologia passou a olhar as crianças em situação de rua

A sociedade brasileira, na sua constituição histórica, não foi capaz de se produzir sem desigualdades. Com uma produção de riqueza que se distribui desigualmente, o Brasil acumulou dívidas profundas com uma parte significativa de seus cidadãos. A Psicologia também reconhece uma dívida histórica com a sociedade brasileira. Poucas ciências e profissões, no Brasil, dedicaram-se coletivamente a olhar para sua produção e perceber que tinham, sim, uma dívida com a sociedade na qual estão inseridas. No caso da Psicologia, o compromisso social, bandeira empenhada pela categoria nos últimos anos, reflete esta conscientização: a Psicologia quer aproveitar suas competências e se tornar acessível ao povo que está nas ruas, junto aos povos da terra, ao lado da homoafetividade, das crianças em situação de risco, com as populações em restrição de liberdade, com as pessoas aprisionadas; quer fortalecer a luta antimanicomial, discutir mídia e subjetividade para lutar pela democratização das comunicações, falar de

informática e humanidade e almejar um mundo sem grades... Nesses 40 anos da profissão, vale dar uma lembrada no que foi a chaga da Psicologia e como esta ciência se recompôs, reconfigurando sua própria trajetória.

“
*Caminante, se haze camino
al andar...*”

A história - Não há como negar que a Psicologia surgiu, no Brasil, como um projeto das elites acadêmicas intelectuais, que gestaram essa profissão e lograram, na década de 1960, tornar a profissão regulamentada no país. Aliada a forças de governo, surgiu a Psicologia como profissão no Brasil: em meio à ditadura, sem ir aos cárceres para dialogar com essas situações de intenso sofrimento; sem se envolver com aqueles que o preconceito chamava menores de rua, sem se atrever a se aproximar dos povos da terra, e mantendo-se longe da saúde

pública e da coletividade social.

Somente nos anos 1980 é que a Psicologia vai despertar para essas situações e buscar transformar a sua inserção social. As dívidas históricas da Psicologia são várias. E a categoria hoje busca saldá-las, com a pressa de quem sabe o tempo que perdeu. De uma postura corporativista, normalizada dentre alguns conselhos profissionais, a Psicologia saltou para uma profissão com função social que atenda a uma demanda da sociedade brasileira. “Estamos falando de dívidas de uma profissão que surgiu no cenário nacional com a feição de que ‘daria um jeito’ na alma de um povo considerado cheio de defeitos, mas que, afora essa vocação retificadora, encontrou nesse mesmo povo a sua razão de ser, e, da ligação ditatorial com o Estado, vem rompendo paradigmas e fazendo história junto à sociedade: a Psicologia vem encontrando, no Brasil, sua razão de ser atrelada ao seu compromisso social”, diz o Vice-presidente do CFP, Marcus Vinícius de Oliveira.

A profissão olha-se no espelho - A conscientização da Psicologia brasileira de que tem dívidas históricas com esta sociedade fez-se gritante na definição do II Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, que ocorreu neste ano de 2006, no mês de setembro. Cinco anos após a primeira edição deste grandioso evento, o mega encontro dos

psicólogos brasileiros desta vez se orientou pelo tema: “Enfrentando as Dívidas Históricas da Sociedade Brasileira”, demonstrando uma categoria que se olha no próprio espelho e se reinventa. “Podemos falar que abrimos as veias da Psicologia brasileira e, hoje, engajados em uma perspectiva em que a subjetividade passa a ser entendida dentro

do contexto dinâmico das produções sociais, acreditamos na possibilidade de não somente agir, enquanto profissionais que somos, mas reagir, buscando caminhos diferenciados para a expressão das nossas práticas e saberes, resgatando aquilo que pode ser chamado de dívida histórica desta profissão”, diz a presidente do CFP, Ana Mercês Bock.



Dívidas históricas

**“Às vezes não se sabe se ainda está vivo;
Se está num sono ou se vive neste mundo...”**

A Psicologia fortalece sua atuação junto à população de rua.



Parceiro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República em diversas frentes, dentre elas o Conselho Nacional contra a Tortura e a mobilização junto aos psicólogos que atuam em unidades de internação de adolescentes, o Conselho Federal de Psicologia, num diálogo respeitoso junto ao Ministro da Secretaria, Paulo Vannuchi, ponderou por não participar do Grupo Interministerial de Saúde Mental e Direitos Humanos, iniciativa do Ministério da Saúde em parceria com a Secretaria.

Uma série de fatores levou o Conselho a não se alinhar ao governo na formação deste grupo, dentre eles:

1) O Conselho entendeu que a iniciativa de se constituir este GT, inicialmente chamado de "Observatório de Saúde Mental", constitui-se numa iniciativa equivocada, vez que sua proposta foi construída para se enfrentarem problemáticas de Direitos Huma-

nos no campo da Reforma Psiquiátrica, mas sem se consultar as entidades que têm militado nesta área. "Nenhuma entidade antimanicomial foi consultada no desenho desta iniciativa", diz Ana Bock, presidente do CFP. "Nem o Conselho, nem a Rede Internúcleos, nem, até onde sabemos, qualquer outra entidade foi consultada acerca da pertinência da proposta e de sua adequação, de sua agenda", diz.

2) A proposta inicial, de se fazer um Observatório governamental, a ser lançado no dia 18 de maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, ao CFP pareceu ser uma resposta ineficaz e insuficiente do governo à pressão pública oriunda da condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, sobre o caso Damiano Ximenes. "A nós nos pareceu um esforço inadequado de resposta", diz Marcus Vinícius de Oliveira, Vice-presidente do CFP.

3) O Conselho ponderou também que, efetivamente, não participaria desta iniciativa, pois, na realidade, o governo, ao implementar um "Observatório de Saúde Mental", repete a iniciativa que a Rede Internúcleos da Luta Antimanicomial mantém *on line*: (Observatório de Saúde Mental: www.osm.org.br) razão pela qual não se entende por que o governo haveria de ignorar esta iniciativa da sociedade civil, que já existe, para fazer um "novo" observatório.

4) É fato que a maior parte das denúncias que foram apresentadas ao Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, CDDPH, à Secretaria Especial de Direitos Humanos, ao Ministério da Justiça e ao próprio Ministério da Saúde, pelo próprio CFP ou por entidades parceiras da luta antimanicomial, acerca de violações ocorridas na área da Reforma Psiquiátrica, jamais receberam resposta governamental eficaz. "Desta forma, ao final de um governo, propor-se um observatório tornou-se uma solução absolutamente ineficiente", diz Ana Bock.

O CFP entende que o necessário, neste

CFP não está no GT de Saúde Mental

momento, seria que se fizesse uma força-tarefa para enfrentamento e solução das denúncias apresentadas. Entendendo-se que o principal denunciado, nesta seara, foi sempre o próprio governo, por ação ou por omissão, este, como principal denunciado, ao propor a formação de um grupo junto à sociedade civil, segundo o entendimento do Conselho de Psicologia, parece fugir da sua postura de governo, tornando a sociedade co-responsável pela resposta às denúncias que ela própria já fez.

À decisão do CFP, coube o endosso do Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos, que apoiou o Conselho em sua decisão de estar de fora neste alinhamento específico ao governo.

O CFP é inarredável nesta luta, por uma Reforma Psiquiátrica verdadeira, plena e urgente.

O Conselho Federal de Psicologia tem uma trajetória de apoio inequívoco à Reforma Psiquiátrica brasileira, mas mantém-se independente das políticas do governo, para apoiar o que considerar justo, criticar o que considerar inadequado e denunciar

aquilo que vier a violar interesses sociais mais amplos.

Sem confusão - É preciso que o Conselho Federal de Psicologia torne público o motivo que o levou a não fazer parte do Grupo Interministerial de Saúde Mental, porque, em discordância com o mesmo "Observatório", a Associação Brasileira de Psiquiatria valeu-se da ocasião para se contrapor à Reforma Psiquiátrica em curso no país. "Não há que se comparar. Somos fiéis defensores da Reforma Psiquiátrica e não podemos apoiar iniciativas que retardem esta Reforma. A Coordenação Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde precisa aprofundar a Reforma. Muito já se observou e muitos crimes e abusos já foram apontados. Cabe ao governo tomar as medidas necessárias para que seja construída a sociedade sem manicômio que se quer. Neste sentido, nosso posicionamento não tem que ver com o da Associação de Psiquiatria. Não há qualquer semelhança em nossos discursos", diz Ana Bock.

TV Digital: o Brasil está levando gato por lebre?



research.philips.com

“Democratizar a comunicação é expor os sujeitos à diversidade de opiniões e significados, estimulando a autoria. Democratizar os meios de comunicação é, em última instância, produzir saúde do ponto de vista psicológico”.

Marcos Ferreira, membro do GT do CFP para Democratização das Comunicações no país.

Criado com a expectativa social de propiciar inclusão digital, da qual o usuário pudesse ter a tão propalada interatividade com o seu televisor, o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD corre o risco de já nascer morto. E o Brasil, de estar levando gato por lebre. Com o atual Ministério das Comunicações, a sociedade civil não está sendo ouvida. Ao mesmo tempo, o Ministério anuncia a tomada de decisões que parecem beneficiar exclusivamente aos radiodifusores privados, como a escolha da modulação japonesa e a manutenção do atual cenário de concentração da propriedade dos meios de comunicação de massa (a despeito das enormes potencialidades de mudanças que surgem com a digitalização).

Segundo a professora Regina Mota, da Universidade Federal de Minas Gerais, o problema maior da escolha brasileira pelo padrão japonês não se trata de questão tecnológica em si, mas do debate mais amplo e necessário, sobre uma política de TV digital no Brasil, que não houve. “O grande problema foi que a escolha brasileira limitou completamente a pesquisa e o debate nacionais”, diz Regina. E mais: “Não era só uma questão tecnológica, mas política! A escolha, assim, se

deu para atender aos interesses das grandes emissoras de TV, sem levar em consideração interesses públicos: o interesse dessas emissoras é que a escolha se desse assim mesmo, com negociações mínimas de transição. E o padrão japonês serve a isso, mas não ao país”, conclui a professora Regina. De acordo com o jornalista Gustavo Gindre, coordenador do instituto Intervezes: “a pressa pelo modelo japonês, que interessa sobremaneira às empresas televisivas hoje existentes no Brasil, num ano eleitoral, é, no mínimo, questionável. No nosso entendimento, o padrão a ser adotado no Brasil poderia, perfeitamente, ser desenvolvido pela tecnologia nacional, sem a necessidade urgente de se decidir por um modelo pré-existente”.

“Nesse imbróglio, está passando despercebida a questão dos conteúdos. Estamos discutindo uma questão de sinalização eletrônica, mas, o que vamos veicular em tanta tecnologia???”

Resumindo: parece que não deveria haver tanta pressa para a escolha do modelo japonês. Se o país tivesse esperado um pouco mais, talvez pudesse desenvolver um padrão brasileiro de TV digital, que atendessem às necessidades do país: “não obviamente uma escolha apressada para se atender a interesses eleitoreiros”, diz Gindre. Preferido pelas emissoras de TV e repellido pelas operadoras

de telefonia, o padrão japonês possibilita a transmissão do conteúdo para dispositivos móveis sem que se tenha de associar a operadora a uma empresa de telefonia. “A Casa Civil defende o atual Decreto Presidencial que implementa a TV Digital no Brasil segundo o modelo japonês, salientando que um dos seus aspectos fundamentais é a multi-programação. Ele só não divulga que, da forma como será implantada a TV Digital no país, teremos 4 Globos, 4 Bandeirantes, 4 SBT’s...” anuncia ainda Gindre. E é aí que entra a preocupação maior da Psicologia: “o processo de digitalização atingiu em cheio o mais importante meio de informação do país - a televisão. Está em jogo a possibilidade de realizarmos uma verdadeira revolução, cuja dimensão central é relacionada ao potencial democratizante da TV Digital. Caso prevaleçam os princípios democráticos, o processo de digitalização pode transformar a TV em um espaço mais plural, reduzindo distorções políticas e econômicas e criando um ambiente que seja reflexo da diversidade do país. No entanto, se prevalecerem interesses privados, o que poderia ser uma nova TV deve se tornar um espaço ainda mais desigual, com a ampliação da concentração dos meios de comunicação”, declara o psicólogo Ricardo Moretzsohn, representante do CFP na campanha “Quem Financia a Baixaria é contra a cidadania”, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Ricardo ainda conclui: “nesse imbróglio, está passando despercebida a questão dos conteúdos. Estamos discutindo uma questão de sinalização eletrônica, mas... o que vamos veicular em tanta tecnologia???”.

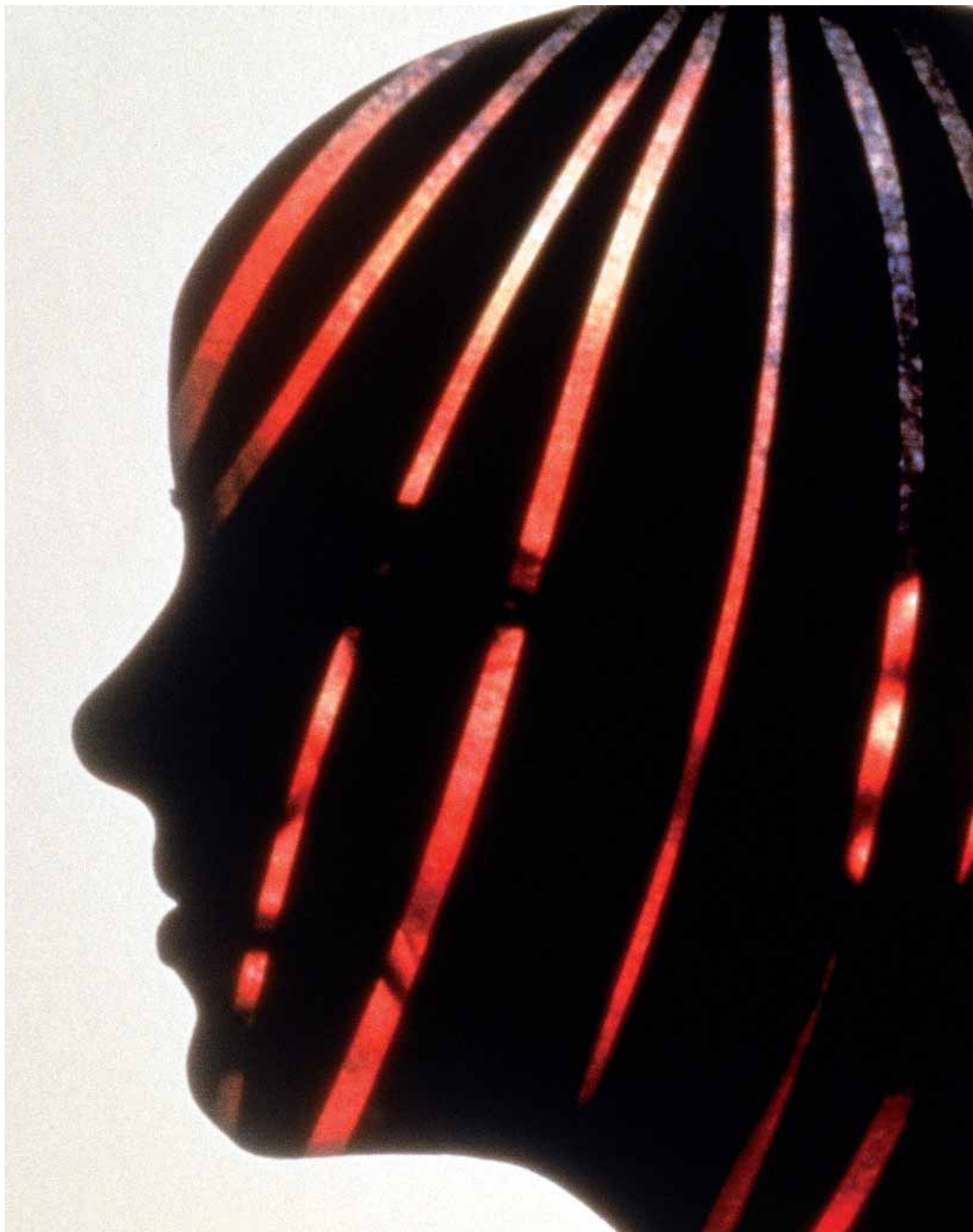
Mediação: um

Quando fica muito difícil se chegar a um acordo, uma alternativa é procurar a mediação. O mediador, ainda pouco conhecido no Brasil, é o profissional que faz o elo entre dois lados até que se chegue a uma solução com a qual ambos concordem. Campo que sempre teve mais facilidade de acesso para advogados, agora se abre também aos psicólogos: tramita na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei que institucionaliza a mediação como método de prevenção e solução de conflitos. De acordo com a redação original do PL, “pode ser mediadora qualquer pessoa capaz e que tenha formação técnica ou experiência prática adequada à natureza do conflito”. O mediador é um facilitador do processo de retomada do diálogo. Diversamente do árbitro, ele não interfere diretamente, mas ajuda as partes em litígio, ou as pessoas que se encontram em situação de disputa, a encontrarem, elas mesmas, as saídas e alternativas que mais lhes convêm. Por meio do uso de técnicas específicas e utilização de conhecimentos advindos de várias disciplinas e ciências, como a Psicologia, o Direito, a Teoria Geral de Técnicas de Negociação, Teoria dos Sistemas e de processos narrativos, o mediador cria condições para o diálogo, “diferenciando necessidades em diferentes níveis, evidenciando como há necessidades comuns a despeito de posições antagônicas”, diz a psicóloga Rosane Mantilla, professora de Pós-graduação da PUC. Segundo a psicanalista Eliana Nazareth, “como forma de condução de conflitos, a mediação apresenta vantagens importantes em comparação à arbitragem, pois propicia a retomada da autodeterminação das pessoas com relação às próprias vidas. Fundamentalmente é a isto que a mediação se propõe”.

A formação na área de mediação pode ser obtida em cursos complementares e o campo se abre para outros profissionais, além dos profissionais do Direito, incluídos os psicólogos. “A mediação é a arte de harmonizar conflitos. Ela parte de uma lógica que se

propõe à disputa e procura encontrar soluções compartilhadas”, diz a psicanalista Malvina Muszkat. De acordo com o anteprojeto que regulamenta a profissão de mediador, “a mediação é a ativida-

de técnica exercida por terceira pessoa, que, escolhida ou aceita pelas partes interessadas, escuta-as e orienta-as com o propósito de lhes permitir que, de modo consensual, previnam ou solucionem



novο campo psi

conflitos.” Segundo o Projeto de Lei em trâmite, a mediação prévia poderá ser judicial ou extrajudicial e seu requerimento interrompe a prescrição, nas pendências judiciais. Segundo a psicóloga

mediadora Dorit Vereá, “muitos problemas nascem por dificuldades de comunicação e de compreensão das prioridades alheias. As pessoas são diferentes e, às vezes, não conseguem expressar e en-

tender o outro. Em alguns casos, uma terceira pessoa imparcial pode ajudar a encontrar um denominador comum”.

Hoje o projeto encontra-se na forma do Substitutivo do senador Pedro Sinan, para votação no Senado Federal.

A autoria do projeto é da deputada Zulaiê Cobra, do PSDB de São Paulo.

Histórico - A mediação é uma forma de solução consensual de conflitos desenvolvida, tal como a conhecemos hoje, na primeira metade do século XX, nos Estados Unidos. No Brasil, a partir da década de 1990, surgiram entidades voltadas para a prática e sistematização da teoria da mediação, que passou também a ser estudada em algumas instituições de ensino superior.

Encontro Nacional Psicologia: Mediação e Conciliação

O Conselho Federal de Psicologia, em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, com a Associação Brasileira de Psicologia Jurídica e com o Ministério da Justiça, realizará evento que visa ampliar os espaços de atuação dos psicólogos nos processos de mediação e conciliação, no Judiciário e fora dele.

O apoio do Ministério da Justiça às nossas iniciativas representa, sem dúvida, o reconhecimento desse órgão à contribuição do psicólogo nesses processos.

Será realizado um evento sobre Psicologia, Mediação e Conciliação, que deverá nascer em cada um dos Conselhos Regionais e núcleos da ABEP e culminar em evento nacional constituído por representantes de cada um dos eventos regionais. Neste processo, o CFP, a ABEP, a ABPJ e o Ministério visam construir referenciais para a participação qualificada dos psicólogos nas atividades de mediação.

Se você é um psicólogo que trabalha com isto, ou conhece psicólogos que trabalham, envie um e-mail para napg@pol.org.br, para receber informações sobre o evento.

O Encontro Nacional ocorrerá em Brasília, dias 7 e 8 de dezembro.



Em defesa da Reforma

Num país marcado pela existência de graves injustiças sociais que a condução política jamais ousa enfrentar radicalmente, chama a atenção o singular processo representado pela Reforma Psiquiátrica Brasileira.

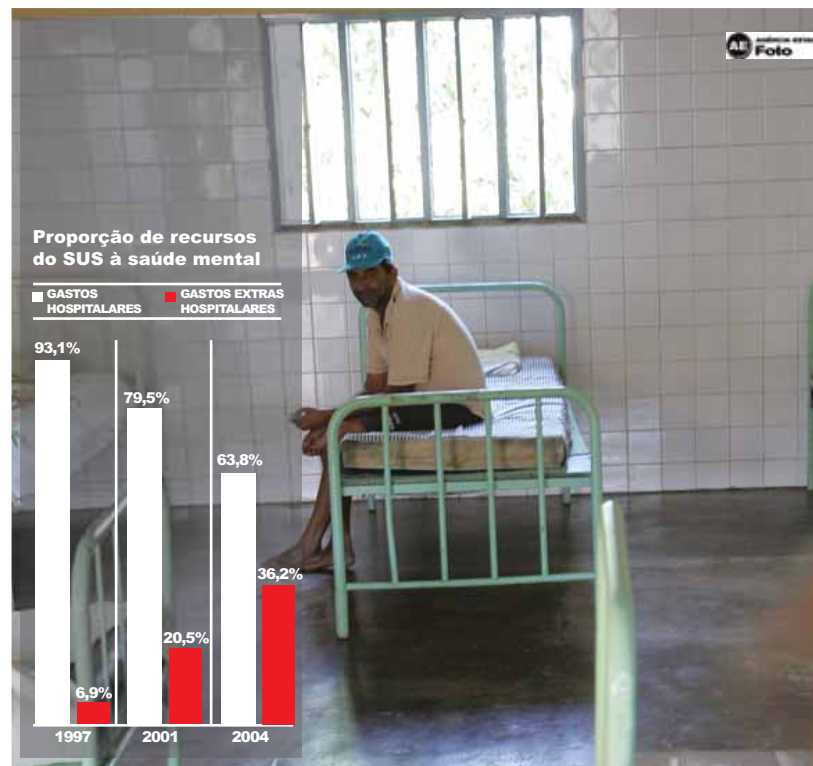
Nela, a situação injusta e desumana de milhares de portadores de sofrimento mental, reclusos em hospitais psiquiátricos, vem sendo objeto de um incisivo enfrentamento. Ao longo dos últimos 20 anos, num movimento que já possui lugar na história e firme presença no cenário nacional, conquistas importantes vêm sendo obtidas, no que diz respeito à garantia dos direitos e à oferta de cuidados aos portadores de sofrimento mental.

Denúncias sistemáticas e bem documentadas de violações aos Direitos Humanos nas instituições psiquiátricas vêm chegando ao conhecimento público - desde a terrível situação de Barbacena, em 1979, até a publicação recente sobre mortes ocorridas em sinistros hospitais brasileiros. Desde 1992, no Rio Grande do Sul, vêm surgindo novas legislações estaduais e municipais que afirmam os inalienáveis direitos de cidadania dos portadores de sofrimento mental - culminando, em 2001, na aprovação da lei nacional 10.216.

Modelos assistenciais substitutivos aos hospitais psiquiátricos, guiados pela lógica do cuidado, da inclusão e da reinserção social, demonstram concretamente sua viabilidade e eficácia - a começar pelo exemplo de Santos, em 1989, até experiências atuais e atuantes, nos mais diversos locais do país. Em inúmeros espaços públicos de debates e deliberações, vai se delineando, com clareza crescente, uma política voltada para a conquista da cidadania sempre negada aos chamados doentes mentais - desde o I Encontro Nacional de Trabalhadores de Saúde Mental, em Florianópolis, 1978, até a importante III Conferência Nacional de Saúde Mental, no final de 2001.

Nessas diversas frentes, cabe ressaltar a atuação firme e constante dos movimentos sociais e das entidades profissionais, cobrando do poder público seu compromisso com

a efetivação de uma Reforma Psiquiátrica verdadeira. E todo esse processo vai se constituindo num verdadeiro patrimônio de toda a sociedade brasileira, no qual a vida de dezenas de milhares de brasileiros é fortemente impactada no seu cotidiano, ampliando-se a sua qualidade, proporcionada por uma atenção efetiva, realizada eticamente, em regime de liberdade e convivência social através dos Caps, hospitais-dia, moradias protegidas, centros de convivência.



Destacamos o cenário adverso em que se dão estas importantes conquistas: num contexto nacional onde as políticas sociais são escassas e pobres, enfrentamos ainda a existência de um parque manicomial de cerca de 40.000 leitos, consumindo ainda quase meio bilhão de reais por ano dos recursos do SUS. A indústria da loucura, embora não tão rentável como já foi, ainda se exerce inescrupulosamente em todo o país; o destrato, o descuido e o abandono atingem pesadamente, ainda, um grande contingente dos portadores de sofrimento mental brasileiros.

Neste contexto surpreende e causa repúdio as declarações "de encomenda" da Associação Brasileira de Psiquiatria, representada pelo seu presidente, Dr. Josimar França, (Jornal O Globo, 20/07/2006) que,

pretextando-se "ofendida" com a associação entre certas condições assistenciais, ainda persistentes, e a existência de violação de Direitos Humanos na área da Saúde Mental, aproveita para desembarcar de vez, com todas as suas malas, do bonde democrático do processo da Reforma Psiquiátrica e atacar as suas conquistas.

Usando e abusando de falácias, o seu artigo na verdade tem como finalidade advogar, na contra-mão das tendências mundiais, a favor da manutenção dos hospitais psiquiátricos como feudos corporativos e contra o incômodo fim dos privilégios dos empresários da Psiquiatria e de uma certa elite acadêmica - a Psiquiatria de gravata - que se utiliza destes estabelecimentos como campo privilegiado para experimentos locais, teleguiados pela indústria farmacêutica mundial.

Na verdade estes segmentos da Psiquiatria, desde o início do processo - diferentemente da maioria dos milhares de psiquiatras brasileiros, que parceiramente sustentam a Reforma, no cotidianos dos serviços substitutivos - nunca deixaram de combater e colocar obstáculos para que se pudesse fazer avançar a democratização da assistência à saúde mental. Não é nova essa posição que sempre apostou no insucesso da Reforma, que a difamou, que mentiu, que buscou manipular familiares e a opinião pública, impedindo de todas as formas o acesso da sociedade brasileira à terrível realidade dos hospitais psiquiátricos.

O que é novo é a sua exposição desesperada diante do êxito e da expansão dessa política pública, nesse último governo. É o uso da autoridade da entidade nacional dos psiquiatras, que, desde 1990, vinha apoiando a Reforma Psiquiátrica Brasileira, através de vários manifestos e posicionamentos oficiais, para a veiculação das atuais teses corporativistas das entidades médicas, lamentavelmente associadas à inconformidade com as exigências de um relacionamento mais democrático dos médicos no interior das equipes multiprofissionais de saúde; de um relacionamento mais democrático dos profissionais de saúde para com os usuários dos

Psiquiátrica Brasileira

serviços substitutivos, de um relacionamento mais horizontal entre os vários saberes e profissões que hoje constroem o Sistema Único de Saúde.

O que fica evidente, na extemporânea linha de argumentação do dirigente, é o seu alinhamento com a política corporativista do ATO MÉDICO, é a defesa da manutenção do hospital como a garantia da existência de um feudo, onde o poder médico ainda possa ser exercido e defendido, a despeito do custo negativo que isso possa ter para a vida e para o tratamento dos portadores de transtorno mental. É a defesa de uma prática médica onde seja possível ao profissional se desresponsabilizar diretamente pelo cuidado dos pacientes de quem ele trata, reduzindo a sua atuação a uma mera prescrição farmacológica. É a tentativa de não participação do médico no cotidiano dos cuidados hoje desenvolvidos nos serviços substitutivos de forma integrada por todos da equipe multiprofissional. Como sabem aqueles que realmente trabalham em serviços territoriais: paciente preso (internado) no hospício, médico solto; paciente solto no território, médico preso no serviço! Tentativa deplorável pela posição que representa: inteiramente descomprometida com a dimensão pública, estritamente voltada para interesses

corporativos e privados. Deplorável pelo seu alinhamento, tão estreito, com os interesses mesquinhos da “indústria da loucura”, representada pela FBH, que sempre reuniu a fauna faminta dos detratores da Reforma Psiquiátrica.

Contrapondo-se ao covarde ataque corporativista, este manifesto vem reafirmar a beleza e o vigor da Reforma Psiquiátrica em andamento. Sustentamos a defesa deste alicerce de um modelo de assistência para o sofrimento mental e de uma presença na cultura para a diferença, que são motivos do mais justo orgulho para a sociedade brasileira.

Na III Conferência Nacional de Saúde Mental - órgão máximo do controle social do SUS - em dezembro de 2001, reuniram-se cerca de 1.250 participantes - dentre os quais mais da metade eram usuários, familiares, representantes de movimentos sociais e membros usuários de Conselhos de Saúde. Neste fórum expressivo e amplo, manifestou-se de forma inequívoca a deliberação pela extinção progressiva dos hospitais psiquiátricos e pela implantação de um modelo substitutivo de assistência ao sofrimento mental. Reiterando nosso apoio a esta corajosa decisão, as entidades e instituições a seguir assinadas convocam os numerosos atores, defensores e participantes da



construção da Reforma Psiquiátrica a defendê-la conosco, mais uma vez, contra a ação covarde de todos os manicômios e dos seus patrocinadores.

1. Conselho Federal de Psicologia
2. Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho
3. Associação Brasileira de Ensino de Psicologia
4. Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
5. Associação Brasileira de Psicologia Social
6. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo
7. Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar

Brasil condenado

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, tribunal máximo da Organização dos Estados Americanos, OEA, publicou a sentença final de julgamento do caso Damião Ximenes x República Federativa do Brasil. A Corte julgou o Brasil responsável pelos crimes de violação da vida e dos direitos à integridade pessoal de Damião, pelas condições desumanas e degradantes da sua hospitalização, pela sua morte enquanto se encontrava submetido a tratamento psiquiátrico e pela falta de investigação e impunidade relativamente ao seu óbito. Em todas as instâncias o Brasil foi considerado negligente e culpado.

Para o Vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia, Marcus Vinícius de Oliveira, “enfim, é a vitória da família de Damião Ximenes, que lutou contra a impunidade; é a vitória para os movimentos de

Direitos Humanos; e, especialmente, é uma grande e esperada vitória para o movimento nacional antimanicomial”.

Em 2001 o Conselho Federal de Psicologia denunciou o assassinato de Damião Ximenes na obra **Instituição Sinistra**. Em seguida, apresentou nova denúncia social do caso no filme produzido pelo CFP intitulado **Tribunal dos Crimes da Paz**. Por todo o tempo, desde 1995, quando Damião foi assassinado em condições inexplicadas no manicômio Casa de Repouso dos Guararapes, em Sobral, no estado do Ceará, o Conselho de Psicologia assumiu a denúncia pública do caso.

Para o CFP, hospitais psiquiátricos não são lugares seguros. Segundo Deusdet Martins, conselheira convidada do CFP, “o que poderia diminuir essa insegurança seria

um processo de fiscalização permanente dos manicômios e unidades de internação, que, infelizmente, o SUS não tem conseguido fazer. As auditorias nos hospitais psiquiátricos, feitas pelo Sistema Único de Saúde, são meramente burocráticas, não analisam as condições técnicas em profundidade. Isso leva a um relaxamento da qualidade técnica dos hospitais e às violações de Direitos Humanos, das quais Damião Ximenes foi uma vítima”.

Segundo o CFP, os hospitais psiquiátricos, no Brasil, continuam não garantindo a vida das pessoas, continuam não garantindo a integridade física dos internos.

Para ler a condenação do Brasil, emitida pela Corte Interamericana, na íntegra, acesse o link: www.global.org.br/portuguese/damiaoximenes.html

Psicólogo pode ser acupunturista do SUS

dw-world



processo saúde-doença e a promoção global do cuidado humano, especialmente do auto-cuidado.

Histórico - No final da década de 1970, a Organização Mundial de Saúde criou o Programa de Medicinas Tradicionais, objetivando a formulação de políticas na área tradicional do cuidado com a saúde. Desde então, em vários comunicados e resoluções,

a OMS expressa o seu compromisso em incentivar os Estados-membros a formularem e implementarem políticas públicas para o uso racional e integrado das práticas tradicionais nos sistemas nacionais de atenção à saúde, bem como para o desenvolvimento de estudos científicos para melhor conhecimento de sua segurança, eficácia e qualidade. O documento "Estratégia da OMS sobre Medicina Tradicional 2002-2005" reafirma o desenvolvimento desses princípios. No Brasil, a legitimação e institucionalização dessas abordagens de atenção à saúde iniciaram-se a partir da década de 1980, principalmente após a criação do SUS. Com a descentralização e participação popular, os estados e municípios ganharam mais autonomia na definição de suas políticas e ações de saúde, vindo a

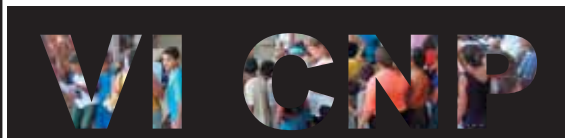
implantar as experiências pioneiras. Nesse contexto, merece destaque a 8ª Conferência de Saúde, em 1986, considerada um marco para a oferta de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde, que deliberou em seu relatório final pela introdução das práticas alternativas de assistência à saúde no âmbito dos serviços de saúde, possibilitando ao usuário o acesso democrático à terapêutica preferida.

Vitória para os psicólogos - A grande vitória que a aprovação das Práticas Integrativas para o SUS traz para a Psicologia é a autorização para que os psicólogos, e mais seis categorias profissionais, possam realizar a Acupuntura no Sistema. O projeto inicial do Ministério da Saúde restringia esta prática a apenas os profissionais médicos, mas o Conselho Nacional de Saúde derrubou esta restrição e aprovou, por unanimidade, a inserção de sete profissões na prática de Acupuntura no SUS. O fim da restrição significa também abertura de mercado de trabalho, pois, na forma como se encontrava o projeto inicial, somente os médicos poderiam prestar concursos públicos para preenchimento dos cargos de acupunturistas do SUS, mas isso não vale mais agora. De acordo com a Juíza Federal Emília Velano, "a Acupuntura não é uma profissão regulamentada. É, na verdade, uma técnica que precisa ser apreendida, inclusive pelos médicos que desejam praticá-la, os quais devem freqüentar cursos específicos, abertos a todas as demais pessoas".

O Ministério da Saúde aprovou, para adoção em todas as Secretarias de Saúde dos estados, as Práticas Integrativas e Complementares ao Sistema Único de Saúde. De acordo com a Portaria publicada, esta Política contempla, neste primeiro momento, a Acupuntura, dentro da Medicina Tradicional Chinesa; a Homeopatia; a Fitoterapia; e o Termalismo Social. O campo das práticas integrativas envolve abordagens que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e com a sociedade. Outro ponto compartilhado por essas práticas complementares é a visão ampliada do

Interlocução

Vem aí o VI CNP!!!



O Sistema Conselhos promove, de 14 a 17 de junho de 2007, em Brasília, o VI Congresso Nacional da Psicologia, VI CNP.

Instância máxima de deliberação da Psicologia brasileira, os CNP's, que ocorrem a cada três anos, têm como objetivo construir um programa de participação efetiva dos Conselhos de Psicologia na transformação da sociedade brasileira, ampliando a inser-

ção social e a possibilidade de formular respostas para as necessidades sociais urgentes do Brasil.

O Congresso Nacional é um projeto amplo de debates que se inicia nas bases, próximo aos psicólogos, isto é, em suas cidades e seus respectivos Conselhos Regionais, sub-sedes ou seções. Portanto, psicólogo, fique atento: os eventos regionais vão começar.

Memória - o V Congresso Nacional da Psicologia aconteceu também em Brasília, no ano de 2004, com o tema: Protagonismo Social da Psicologia - as urgências brasileiras

e a construção de respostas da Psicologia às necessidades sociais.

Desta vez, o CNP terá como tema "Do Discurso do Compromisso Social à Produção de Referências para a Prática: construindo o projeto coletivo da profissão". O convite é para pensar o futuro da profissão, a partir do trabalho cotidiano de cada um, e questões importantes para o trabalho dos Conselhos de Psicologia.

Participe! Procure o seu CRP e verifique a data do próximo compromisso!

Acompanhe o andamento do VI CNP pelo www.pol.org.br

Psicologia nos CRAS

Integrando a Seguridade Social Brasileira, a partir da *Constituição Federal de 1988*, a política de Assistência Social hoje se consolidou com base em um Sistema Único, produto de um importante pacto federativo entre gestores e com a sociedade, que promove a descentralização na gestão, no monitoramento e no financiamento dos serviços sob um novo modelo de gestão: é o Sistema Único de Assistência Social, deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida em 2003. O SUAS, neste momento, passa a organizar ações e serviços em todo o território nacional, por meio da articulação e provimento de ações em dois níveis de atenção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Sua estrutura de gestão são os CRAS - Centros de Referência da Assistência Social, espaços físicos localizados estrategicamente em áreas de risco social. Os CRAS prestam atendimento socioassistencial e articulam

os serviços disponíveis em cada localidade, potencializando a rede de proteção social básica. Em processo de implantação pelo país, estes centros devem contar, em seu quadro de pessoal fixo, com um coordenador, assistentes sociais, psicólogos, um atendente administrativo, estagiários e eventuais profissionais de outras áreas. Todo o trabalho visa promover a emancipação social das famílias em situação de desigualdade social, devolvendo-lhes a cidadania. Considerando a relevância desta política pública, o Plenário do Conselho Federal de Psicologia colocou em debate, em sua última reunião Plenária, em Brasília, a questão do Sistema Único de Assistência Social e a formação dos Centros de Referência nacionais, como campo novo para psicólogos e assistentes sociais. "Conquista da cidadania, a implantação dos CRAS significa a ampliação da rede de suporte social para as populações mais fragilizadas e representa

também oportunidade ímpar para que os psicólogos possam trabalhar em sintonia com as necessidades sociais. A grande questão, hoje, diz respeito à adequação do perfil dos psicólogos a estas necessidades", diz o Vice-presidente do CFP, Marcus Vinícius de Oliveira. Por meio do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP, o Conselho está convidando psicólogos com atuação nos CRAS e em assistência social para dialogarem sobre o Sistema Único de Assistência Social. Além disso, o CFP vai convidar também o Conselho Federal do Serviço Social para, juntos, definirem as formas de atuação conjunta dos dois conselhos no fortalecimento do SUAS. Se você, psicólogo, atua no SUAS ou em Centros de Referência do Sistema e quer contribuir com o debate, informe ao crepop@pol.org.br.

Em breve o site POL trará referências sobre esta atuação.

Psicologia e Informática: ampliando a possibilidade de trabalho

III PSICOINFO

A informática pretende prover soluções que sejam úteis ao nosso dia-a-dia, baseada em uma constante evolução para além da quantidade de pesquisas visando o desenvolvimento de novas tecnologias. A Psicologia é uma ciência que estuda o homem e sua subjetividade, em um mundo que hoje cada vez mais depende do uso da tecnologia.

Com o intuito de dar continuidade a essa discussão, o CFP, o CRP/SP e o NPPI - Núcleo de Pesquisas de Psicologia em Informática da PUC/SP realizarão, em São Paulo, o III Psicoinfo - Seminário Brasileiro de Psicologia e Informática, nos dias 15 e 16 de novembro de 2006.

Com boa expectativa de participação do público especializado, o III Psicoinfo terá, entre os temas a serem discutidos: a continuidade, o aprimoramento e a validação de sites que prestam serviços psicológicos via internet; o estímulo às universidades para a produção de pesquisas com a finalidade de avançar a relação entre Psicologia e informática; e a publicidade de trabalhos produ-

“

O III Psicoinfo trará:
- 4 conferências
- 12 mesas redondas
- 36 comunicações orais
- 21 pôsteres
- 3 pôsteres eletrônicos

”

zidos no âmbito das interfaces Psicologia/informática que possam colaborar para o avanço do campo.

Histórico - No ano de 1998, por iniciativa do Conselho Federal de Psicologia e do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, foi realizado o I Psicoinfo com a finalidade de discutir a Psicologia e o uso da informática no dia-a-dia da profissão.

Em outubro de 2003, também em São Paulo, foi realizada a 2ª edição do Psicoinfo, quando aconteceram mesas redondas discutindo, dentre outros temas: a informa-

tização dos testes psicológicos; a interação humana e os impactos da informatização na subjetividade humana; as possibilidades de serviços psicológicos serem oferecidos via internet, como a orientação via e-mail e a tão polêmica terapia online. O evento representou um grande avanço nas discussões desta nova área da Psicologia.

III Psicoinfo - Serão debatidos, no evento, os seguintes temas: Subjetividade e impacto da internet e da tecnologia; Informática aplicada à Psicologia: testes e instrumentos informatizados; Softwares para a Psicologia; Serviços via internet; Uso da informática na prática profissional; Psicologia aplicada à informática: inteligência artificial, redes neurais, visão computacional, modelos cognitivos.

As inscrições para participação no evento custam R\$15,00 para estudantes e R\$30,00 para profissionais. Para mais informações consulte <http://www.pol.org.br/psicoinfo/> ou envie e-mail para infoeventos@crsp.org.br.

Processos éticos

Processo ético-profissional CFP nº 1873/05 – origem: CRP-02 Arquivamento

Ementa – Processo ético-profissional. Recurso interposto. Inexistência de violação às normas e princípios do *Código de Ética Profissional*. Recurso conhecido e improvido.
Decisão (CRP): Arquivamento do processo ético.
Decisão (CFP): Mantida.
Data do julgamento: 02/02/2006
Presidente: Ana Mercês Bahia Bock
Relator: André Isnard Leonardi

Processo ético-profissional CFP nº 2167/05 – origem: CRP-04 Arquivamento

Ementa – Processo ético-profissional. Recurso interposto. Inexistência de violação às normas e princípios do *Código de Ética Profissional*. Recurso conhecido e improvido.
Decisão (CRP): Arquivamento do processo ético.
Decisão (CFP): Mantida.
Data do julgamento: 02/02/2006
Presidente: Ana Mercês Bahia Bock
Relatora: Maria Christina Barbosa Veras

Processo ético-profissional CFP nº 3571/2005 – origem: CRP-06 Psic. Irazy Pereira de Moraes Suspensão do exercício profissional por 30 dias

Ementa – Recurso do denunciante visando ao agravamento da pena imposta pelo Conselho Regional, que determinou a suspensão do exercício profissional por 30 dias. Violação aos artigos 1º, alíneas “c” e “d”, e 2º, alínea “n” do *Código de Ética Profissional*.
Decisão (CRP): Suspensão do exercício profissional por 30 dias.
Decisão (CFP): Mantida.

Data do julgamento: 12/05/06
Presidente: Marcus Vinícius de Oliveira
Relatora: Andréa dos Santos Nascimento

Processo ético-profissional CFP nº 2605/04 – origem: CRP-05 Arquivamento

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional, que determinou o arquivamento da representação ética. Recurso desprovido.
Decisão (CRP): Arquivamento.
Decisão (CFP): Arquivamento.
Data do julgamento: 31/03/06
Presidente: Ana Mercês Bahia Bock
Relatora: Maria de Fátima Boschi

Processo ético-profissional CFP nº 2913/05 – origem: CRP-06 Psic. Maria Clara Aparecida Rosa Censura

Ementa – Processo ético-profissional. Recurso. Infringência aos artigos 1º, alínea “c”; 2º, alínea “n”; e 21, “caput” do *Código de Ética Profissional*. Limites da atividade profissional.
Decisão (CRP): Censura pública.
Decisão (CFP): Mantida.
Data do julgamento: 02/02/06
Presidente: Marcus Vinícius de Oliveira
Relatora: Monalisa Nascimento Barros

Processo ético-profissional CFP nº 3095/05 – origem: CRP-12 Arquivamento

Ementa – Processo ético-profissional. Plágio de trabalho acadêmico. Decisão de Arquivamento.
Decisão (CRP): Advertência.
Decisão (CFP): Arquivamento.
Data do julgamento: 31/03/2006
Presidente: Ana Mercês Bahia Bock
Relatora: Nanci Soares de Carvalho

Processo ético-profissional CFP nº 3552/05 – origem: CRP-05 Advertência

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional, que determinou a aplicação da pena de advertência. Manutenção da decisão do Conselho Regional. Recurso Não Conhecido.
Decisão (CRP): Advertência.
Decisão (CFP): Mantida.
Data do julgamento: 31/03/06
Presidente: Ana Mercês Bahia Bock
Relator: Odair Furtado

Processo ético-profissional CFP nº 3570/05 – origem: CRP-06 Arquivamento

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional, que determinou o arquivamento da denúncia. Manutenção da decisão do Conselho Regional.
Decisão (CRP): Arquivamento.
Decisão (CFP): Arquivamento.
Data do julgamento: 04/11/05
Presidente: Marcus Vinícius de Oliveira
Relatora: Ana Maria Pereira Lopes

Processo ético-profissional CFP nº 3739/05 – origem: CRP-06 Advertência

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional, que determinou a pena de Censura Pública contra a psicóloga denunciada. Infração aos artigos 2º, alínea “f”; 36º, 37º e 38º; alíneas “d”, “e”, “i”; do *Código de Ética Profissional*.
Decisão (CRP): Censura pública.
Decisão (CFP): Advertência.
Data do julgamento: 12/05/06
Presidente: Marcus Vinícius de Oliveira
Relatora: Ana Maria Pereira Lopes

Psicóloga em boeing da Gol

O Conselho Federal de Psicologia, enlutado ao lado de familiares e amigos de todos os passageiros do *Boeing 737-800* da Gol, que caiu na sexta-feira, 29 de setembro, em Mato Grosso, e ao lado de toda a sociedade brasileira, manifesta o seu pesar e registra que estava a bordo do voo uma colega psicóloga, Samantha Xavier. Samantha, que viajava ao lado de uma companheira de trabalho, a musicoterapeuta Josenilde Costa, retornava de Manaus, após uma semana de palestras proferidas num programa de combate ao tráfico de mulheres. Samantha

Xavier há quase uma década trabalhava no combate à violência e exploração sexual. Técnica da ONG Cedeca, do estado da Bahia, que milita nesta área, a psicóloga foi uma das responsáveis pelo pioneirismo na organização do atendimento psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual e uma das inspiradoras da política pública que gerou o Projeto Sentinela, de combate à exploração infantil. Samantha retornaria de Manaus no voo noturno, mas conseguiu antecipação para o voo da Gol na pressa de rever o mais cedo possível o

bebê que deixou na Bahia, seu filho, de 1 ano de idade.

Esta tragédia evidencia a necessidade da organização em nosso país de uma articulação público-governamental que possa atuar em atenção e no apoio à saúde mental em situações de emergência e desastres. O CFP já apresentou essa idéia a autoridades da saúde do país e reforça o empenho em se ter esse serviço no governo brasileiro. Havia 154 pessoas no *boeing* da Gol, sendo este considerado o maior acidente da história da aviação brasileira.

Oficina Nacional da ABEP foi um sucesso

No final do mês de julho foi realizada a Oficina Nacional da ABEP: Psicologia e Saúde Pública. Os debates aconteceram no 1º semestre de 2006, por meio de 38 oficinas regionais, promovidas em 22 estados e no Distrito Federal. Ao todo, os encontros mobilizaram cerca de seis mil pessoas, dentre estudantes, professores e psicólogos, em torno da temática “Diretrizes para a Formação em Psicologia e Saúde Pública: fortalecendo a presença da Psicologia no SUS”. A problemática da formação em saúde pública tomou forte dimensão entre os participantes, que puderam expor suas opiniões para, em conjunto, elaborar propostas que criem condições para inserir o serviço público na formação dos psicólogos.

As oficinas regionais da ABEP foram realizadas em parceria com o Departamento

de Gestão da Educação em Saúde (DEGES), do Ministério da Saúde, e com o Sistema Conselhos de Psicologia. Inicialmente seriam realizadas cinco oficinas regionais, para abordar as cinco regiões brasileiras, entretanto, após convênio firmado com os vários CRP’s, esse número foi ampliado.



A Oficina Nacional

As propostas oriundas de todas os encontros regionais foram expostas em São Paulo, em um encontro marcado pelo respeito à diversidade e pela intensa troca de experiências. A Oficina Nacional reuniu cerca de 70 pessoas, dentre representantes eleitos em cada estado e pessoas convidadas para colaborar na qualificação do debate. “A Oficina foi um momento importante de consolidação do processo desenvolvido em todo o Brasil, com a sistematização de tudo o que foi discutido a respeito da formação e aproximação do psicólogo ao SUS”, diz o presidente da Associação, Marcos Ferreira.

A partir das discussões no encontro foi possível identificar resultados importantes: um deles foi a criação de subsídios para operar as mudanças na formação e no cotidiano do psicólogo.

ABEP está presente em quase todos os estados do país

A Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP já mobiliza todo o país para fortalecer a formação dos psicólogos brasileiros. A prova dessa afirmação está no número de associados que, no início do ano, estava em um mil e trezentos e hoje chega a mais de seis mil filiados. Com isto a ABEP cumpre seu papel de tornar-se um grande espaço para que estudantes, profissionais e instituições de ensino participem da discussão e construção de novas estratégias para melhorar a formação dos futuros profissionais de Psicologia no Brasil.

Todos os estados brasileiros já estão

envolvidos na consolidação desse processo de formação de qualidade para a Psicologia no país. Um retrato disso é a presença dos núcleos da ABEP em 25 estados e no Distrito Federal. No início do ano, apenas cinco estados possuíam núcleos organizados. Hoje são 34 núcleos espalhados em todo o país, sendo dez só no estado de São Paulo. Mais da metade dos núcleos foi formada nos últimos meses, durante as oficinas regionais da ABEP. Cerca de 350 pessoas formam os diferentes grupos de gestores dos núcleos em todo o país.

Os números reforçam a dimensão da

estrutura que vem sendo construída pela ABEP e mostra uma grande mobilização de estudantes, professores e psicólogos em busca de maior qualidade na formação e no serviço prestado à população. É por meio dos núcleos que a ABEP pretende estimular as discussões das Diretrizes Curriculares, acompanhar os processos de avaliação de cursos de Psicologia e realizar diferentes atividades, como oficinas, sobre temas importantes de serem considerados na formação dos psicólogos. A relação dos núcleos da ABEP e seus respectivos contatos está disponível no site da ABEP. O endereço eletrônico é www.abepsi.org.br

Educação Inclusiva é tema de premiação do CFP

Com a finalidade de divulgar experiências bem sucedidas, desenvolvidas por psicólogos, na área da educação inclusiva, foi criado, pelo CFP, o Prêmio Profissional “Psicologia e práticas educacionais inclusivas”. São duas as categorias de participação: trabalho individual e trabalho em equipe. O prêmio contemplará apenas profissionais regularmente inscritos nos Conselhos Regionais que inscreverem seus trabalhos até 31 de janeiro de 2007.

Entre as ações que serão apreciadas para concorrer à premiação estão as contribuições na promoção e defesa de uma educação que cumpra o caráter público; contribuições à universalização e à qualidade de ensino;

atividades que promovam igualdade de acesso, bem como a permanência na escola de pessoas que sempre foram excluídas, por serem consideradas diferentes, anormais ou inferiores, proporcionando a articulação à defesa dos Direitos Humanos.

A análise dos trabalhos ficará a cargo de uma Comissão Julgadora composta por quatro integrantes designados pelo Plenário e por uma conselheira do CFP. Como critérios a serem observados estão a pertinência e coerência da temática tratada; a adequação da linguagem aos participantes do trabalho; a consistência teórica, a metodologia e os materiais utilizados; o caráter inovador; e o

potencial de aplicabilidade da atividade.

Os interessados em concorrer ao Prêmio deverão remeter seus trabalhos para o CFP até o dia 31 de janeiro de 2007, (endereço: Setor de Rádio e Televisão Norte, SRTVN, quadra 02, Ed. Brasília Rádio Center, sala 4024-A, CEP 70.719-900, Brasília - DF).

Em tempo:

O CFP divulgou o tema do “Prêmio Monográfico versão 2007: Brasil, Nação que Envelhece: o lugar do idoso na sociedade e os desafios para a Psicologia”. Saiba mais no www.pol.org.br

VI Congresso Brasileiro de Psicodrama

Data: 01 a 04 de novembro de 2006
Local: UNIP - Universidade Paulista São Paulo - Brasil
Telefone: (11) 5586-4000
E-mail: info@febrap.org.br
Informações: www.febrap.org.br

III Seminário Brasileiro de Psicologia e Informática – III Psicoinfo

Data: 15 e 16 de novembro de 2006
Local: Campus Universitário da PUC - São Paulo - SP - Brasil
Telefone: (11) 3061-9494 ramal 151
Site: http://www.pol.org.br

III Seminário de Psicologia e Direitos Humanos

Data: 03 a 05 de novembro de 2006
Local: Recife - PE - Brasil
Telefones: (81) 2119 7272 / 2119 7266
Informações: http://www.crppe.org.br

I Conferência Internacional O Enfoque Histórico Cultural em Questão

Data: 06 a 11 de novembro de 2006
Local: Santo André - SP - Brasil
Telefone: (11) 4451 0700
E-mail: historicocultural@fefisa.com.br
Informações: http://www.historicocultural.com.br

VIII Congresso Brasileiro de Cirurgia da Obesidade

Data: 5 a 9 de dezembro de 2006
Local: Pestana Bahia Hotel - Salvador - BA - Brasil
Telefone: (71) 2104-3477
Informações: www.cbcoahia.com.br

Encontro Nacional de Psicologia: Mediação e Conciliação

Data: 07 e 08 de dezembro de 2006
Local: Brasília - DF - Brasil
Telefone: 2109 0100
E-mail: napg@pol.org.br

Seminário Nacional O Papel do Psicólogo nas Unidades de Medidas Sócio-educativas

Data: 07 e 08 de dezembro de 2006
Local: Brasília - DF - Brasil
Telefone: (61) 2109-1000
Informações: www.pol.org.br

V Congresso Norte Nordeste de Psicologia - V CONPSI

Data: 23 a 26 maio de 2007
Local: Maceió - Al - Brasil
Telefone: (61) 2109-0100
E-mail: vconpsi-secretaria@crp15.org.br
Informações: http://www.crp15.org.br/vconpsi

II Congresso da União Latino-americana de Psicologia - ULAPSI

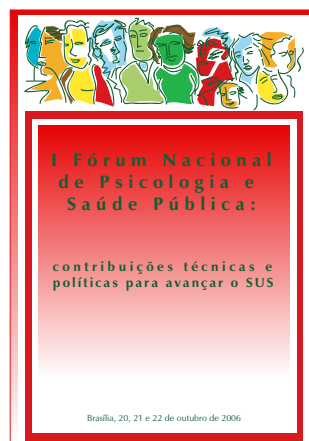
Data: 12 a 14 de setembro de 2007
Local: Havana - Cuba
Telefone: (61) 2109-0100
Informações: www.ulapsi.org



Da relevante parceria entre o CFP e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB resultaram as Inspeções de Direitos Humanos, simultâneas, às unidades de aplicação de medidas sócio-educativas com privação de liberdade de adolescentes, por todo o país.

O relatório fruto da inspeção é um triste retrato da situação em que se encontram essas instituições e os adolescentes que nelas cumprem medidas.

Disponível para *download* no www.pol.org.br



2006 foi o ano escolhido pelo Sistema Conselhos de Psicologia como o Ano da Saúde. No caderno *Contribuições Técnicas e Políticas para avançar o SUS*, os psicólogos encontram alguns textos que tratam de temas que emolduram a compreensão acerca das dificuldades e desafios colocados para a transformação das práticas profissionais no interior do Sistema Único de Saúde - SUS.

Disponível para *download* no www.pol.org.br

IMPRESSO

Filiado à Ulapsi

Fone: (61) 2109-0100
Fax: (61) 2109-0150
SRTVN 702 - Ed. Brasília Rádio Center - sala 4024-A
CEP 70.719-900 - Brasília - DF
e-mail: contato@pol.org.br - home page: www.pol.org.br

